

É hora de votar!

Reinaldo Fleuri

«As eleições, programadas para o próximo novembro de 1982, apresentam-se de particular importância para a consolidação das aspirações nacionais rumo à plenitude democrática que se almeja». (Nota da CNBB a respeito das eleições de 1982).



E stamos às portas das eleições. No Brasil inteiro fala-se, discute-se, organizam-se campanhas, queimam-se os últimos cartuchos para cativar a confiança dos eleitores. Não resta dúvida que o momento é importante, pois serão escolhidos aqueles que tomarão as decisões políticas de nosso país. Decisões que determinarão o rumo de nossa sociedade, como bem lembraram os bispos brasileiros: «As decisões políticas que todos esperam, as mudanças que delas devem decorrer, poderão influir durante muitos anos. Por isso mesmo, todos querem acertar. Todos percebem que as decisões que vão ser tomadas podem influir poderosamente na escolha da sociedade que o Brasil viverá durante as próximas gerações. As decisões atuais podem reforçar determinado modelo sócio-econômico ou podem inclinar o país para um novo modelo; podem ampliar ou restringir o âmbito das liberdades políticas, podem consolidar uma situação que favoreça as minorias privilegiadas ou permitir a implantação de uma nova ordem que promova o bem de todos»¹.

Em 15 de novembro caberá aos brasileiros indicar aqueles que vão assumir as funções legislativas (senador, deputado federal, deputado estadual, vereador) e as funções executivas (governador e prefeito). Ao dar o voto a um candidato, é preciso que se tenha a certeza de que realmente ele vai contribuir para o bem do povo. Mas os políticos não se elegeem, nem atuam individualmente. Eles se ligam a partidos que propõem certos objetivos e certas linhas de ação que foram se delineando no decorrer de nossa história.

História dos partidos políticos no Brasil

Até 1930, a política no Brasil era controlada pelos fazendeiros, principalmente os do café (São Paulo) e os do gado (Minas Gerais). Era a “política do café com leite”. Mas, com a crise econômica mundial ocorrida em 1929, muitos países deixaram de comprar nosso café e, com isso, os fazendeiros perderam muito de seu poder. Ao mesmo tempo foram implantadas indústrias e, com elas, foram se desenvolvendo duas novas classes sociais: os empresários e os operários.

Apoiado pelos empresários, e ajudado por certos grupos militares (tenentes), Getúlio Vargas assumiu o poder em 1930, implantando em 1937, o Estado Novo, com características ditatoriais. Getúlio desenvolveu uma política “populista”: atendia a algumas exigências das classes trabalhadoras, para fazê-las acreditar que estava do lado do povo, mas na realidade defen-

dia os interesses dos empresários e industriais. Estes, para que seus lucros continuassem crescendo, não podiam dividi-los com os trabalhadores, e portanto procuravam impedir que eles participassem das riquezas e dos benefícios produzidos pela industrialização.

Quando terminou a segunda guerra mundial, em 1945, já não havia mais condições de a ditadura de Getúlio Vargas se manter em pé. O mundo todo, marcado pelas dolorosas experiências do nazismo e do facismo, desejava regimes democráticos. As pressões internas e externas ao país forçaram a deposição de Getúlio.

Em 1946, foi convocada uma Assembleia Constituinte para restabelecer a democracia. Surgiram vários partidos políticos. Os mais importantes foram o Partido Social Democrático (PSD), que representava os interesses dos grandes proprietários de terra no Brasil; a União Democrática Nacional (UDN), que defendia os interesses dos grandes industriais; o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que era controlado por políticos profissionais ligados a Getúlio Vargas e faziam uma política populista. Havia também outros partidos menores como o Partido Democrata Cristão, o Partido Socialista, o Partido Libertador...

Neste período de democracia, as classes trabalhadoras foram se organizando e conquistando alguns direitos. Com isso, os empresários nacionais, juntamente com as empresas multinacionais que conseguiram se instalar no país, começaram a sentir que seus interesses podiam ser ameaçados. Uniram-se, então, aos militares e promoveram o golpe militar de 31 de março de 1964. A própria Igreja deu o seu apoio naquela ocasião, acreditando que a “revolução de 64” estivesse sendo feita para o bem do povo brasileiro. Mas o que se seguiu foi um outro período de ditadura. Em 1965, extinguiram-se os partidos existentes e criaram-se a Aliança Renovadora Nacional (Arena) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

A Arena era o partido do governo: defendia a política do novo regime e procurava justificar as medidas que atendiam os interesses das classes dominantes (os empresários – nacionais e multinacionais –, os banqueiros, os fazendeiros). O MDB era o partido de oposição e foi criado para ser minoria e perder sempre. De fato, nas eleições de 1966, 1968, 1970 e 1972, o MDB teve pequena votação. Aliás, o povo não confiava em nenhum dos dois partidos: o número de votos nulos e brancos foi extremamente elevado.

Mas em 1974 – após dez anos de uma política que reprimiu o povo e achatou o salário do trabalhador para promover o desenvolvimento econômico que beneficiou só a poucos – o

povo exprimiu seu descontentamento votando no partido de oposição. E nas eleições seguintes de 1976 e 1978, o MDB recebeu um crescente número de votos, criando o risco de a Arena perder a maioria.

Para contornar essa ameaça, o governo começou a promover um “regime de distensão” que, mais tarde, passou a se chamar de “abertura política”. Ao mesmo tempo, porém, decretou a “Lei Falcão”, em 1975, que praticamente eliminou a propaganda política pelo rádio e TV; decretou também, em 1977, um conjunto de medidas chamado popularmente de “pacote de abril” que, entre outras coisas, criou a figura do “senador biônico”, não eleito pelo povo. Como essas medidas não resolveram a situação, o passo seguinte foi a reformulação partidária, baixada em 1979, no primeiro ano do mandato do presidente João Figueiredo.

Surgiram, então, cinco partidos. O Partido Democrático Social (PDS) é o partido do governo, que praticamente dá continuidade à antiga Arena. O Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), ao qual foi recentemente incorporado o Partido Popular (PP), pretende ser um partido de massa, incluindo trabalhadores, classe média, pequenos proprietários e empresários. O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), liderado por Ivete Vargas, e o Partido Democrático Trabalhista (PDT), liderado por Leonel Brizola, ambos nasceram com a proposta de relançar a política de Getúlio. O Partido dos Trabalhadores (PT) nasceu a partir da proposta de dirigentes sindicais e mais tarde da participação de vários outros grupos das camadas populares.

O posicionamento da Igreja frente à política

A Igreja sabe que sua missão é a de evangelizar. Sabe também que isto não significa ter que se omitir a respeito de problemas sócio-políticos do país, pois eles atingem diretamente os valores morais do povo. Por isso, tem se pronunciado em várias ocasiões. Em outubro de 1976, fez uma “Comunicação ao Povo de Deus”, denunciando os sofrimentos causados por uma repressão incontrolada. Em fevereiro de 1977, falou sobre as “Exigências cristãs de uma ordem política”, exigências a que hoje se procura atender com o processo de abertura. Em setembro de 1979, propôs os “Subsídios para uma política social” em que analisa as consequências da política econômica do Brasil. Em fevereiro de 1980, alertou para os sérios problemas da posse e uso do solo rural, no docu-

O momento nacional

Em sua reunião de 23 a 26 de agosto, o Conselho Permanente da CNNBB, em vista da proximidade das eleições, decidiu divulgar uma nota que reproduzimos na íntegra.

O processo de abertura política vem se aproximando de um momento longamente esperado pela nação: as eleições de 15 de novembro. A aproximação dos pleitos eleitorais tende a acirrar os ânimos e as paixões.

Os bispos do Conselho Permanente da CNBB julgam de seu dever dizer uma palavra que explicita os anseios do povo de Deus confiado aos cuidados pastorais da Igreja.

Esta palavra não pode ser outra senão a de reconciliação, objeto dos insistentes apelos do Santo Padre João Paulo II, ante tantos conflitos que abalam o mundo.

Foi longo o caminho percorrido pelo Brasil até a data que se aproxima. Hoje, a Nação confia na realização das eleições. Esta confiança persiste, não obstante os chamados causuismos que limitaram a liberdade de votar, e ainda fazem pairar sobre o próprio pleito o risco de sua anulação.

Apesar das dificuldades decorrentes da necessidade de revigorar a prática eleitoral, as campanhas vêm se desenvolvendo como uma experiência democrática para a Nação.

A Justiça Eleitoral, mesmo limitada em sua autonomia, assumiu a responsabilidade por decisões que a dignificam.

O Governo, que tutela a condução do processo, atívou iniciativas destinadas a reduzir a grave dívida interna para com a Nação, numa linha de ação que pretende privilegiar o desenvolvimento social sobre o pragmatismo econômico e impõe controles aos gastos públicos e estatais. Não é difícil perceber a mobilização da máquina estatal e do poder econômico para fins partidários, mas preferimos afirmar nossa esperança que a linha de ação de cunho social prevalecerá, quaisquer que sejam os resultados das urnas.

A classe política, aproveitando os canais de comunicação disponíveis, leva suas propostas ao povo. Os conflitos sociais são drenados para a controvérsia democrática, numa demonstração de amadurecimento político. Por outro lado, em todas as esferas e níveis, a população vai progressivamente participando do debate político, numa manifestação de sadio interesse pela vida política. A Igreja, de sua parte, tem procurado

colaborar para o aprimoramento desse processo, dentro de sua missão específica.

Lamentamos, entretanto, a possibilidade de que esteja acontecendo o que circula pelo povo e é divulgado com frequência nos meios de comunicação social: alarmantes processos de corrupção na campanha eleitoral, tais como uso indevido de funções e bens públicos, nomeações excessivas, pressões contra funcionários, negociatas para conseguir adesões. Evidentemente, não nos compete apurar a veracidade de tais denúncias, mas alertar para o dilatar-se de um clima, no qual o importante seja ganhar, mesmo a custo das piores concessões no campo ético. Isso subverteria o próprio valor altamente positivo da realização de um pleito, que seja realmente livre e cujas decisões sejam plenamente respeitadas.

O caminho foi longo e não lhe faltaram obstáculos. Convém lembrar que, há pouco mais de um ano, sucederam-se atentados políticos, que culminaram com a explosão da bomba do Rio-Centro. Se a responsabilidade penal de nenhum desses atentados foi apurada, também é verdade que houve uma desativação do processo. Nota-se agora o recurso à ignomínia, protegida, antes pela impunidade e agora pela covardia do anonimato: a ignomínia, das difamações, das falsificações e adulterações de cartilhas, boletins e jornais inteiros, com requintes de sofisticação que demonstram o poderio de suas fontes de financiamento. A própria baixa do nível a que chegaram esses processos apócrifos os vem tornando contraproducentes, despertando o repúdio crescente da Nação e o recurso dos ofendidos à Justiça, na qual insistem em confiar. É triste, porém, constatar que o caminho para uma nobre e tão almejada meta tenha que passar por obstáculos tão vis, cujo preço é a vida e a honra de tantos.

Mas, enfim, as eleições se aproximam, e nesses meses, nos quais deverão intensificar-se as campanhas, queremos fazer ouvir nossa voz em defesa da reconciliação. Esta voz não traduz apenas um apelo para que cessem as ignomínias e não se repitam os atentados, que tanto aviltam a imagem de nossa

Pátria. A reconciliação estende mais longe o seu apelo, para depois do pleito eleitoral.

Não haverá autêntica reconciliação, a não ser baseada na justiça. O resultado das urnas não se consolidará sem a luta contra a injustiça social, que não é apenas uma causa da violência, mas é principalmente a forma mais perversa de violência, comprometendo a convivência democrática, pelo escândalo das mordomias e da corrupção de minorias, à custa dos sofrimentos e humilhações da grande maioria.

Não haverá autêntica reconciliação sem a criação de novos mecanismos de participação que envolvam, num novo projeto democrático, sob o signo da justiça, a grande periferia dos marginalizados e a grande proporção de jovens, que pela primeira vez participam de um pleito eleitoral. Deles deverão surgir as novas lideranças, para as quais se voltam as esperanças da Nação. Não haverá autêntica reconciliação se estes jovens saírem decepcionados pelo espetáculo da vitória de interesses clientelísticos sobre as exigências do atendimento das carências urgentes do povo marginalizado. Não se pode pensar numa construção do futuro da Nação, sem contar com estes jovens e dar-lhes o direito de participar nesta construção de um Brasil mais justo e mais fraterno, que será o deles.

Não haverá autêntica reconciliação se não forem aceitos os questionamentos da Nação contra dispositivos legais que permitiram o exercício do arbítrio.

Não haverá reconciliação se eventuais ressentimentos contra os resultados das urnas inspirarem a decisão de punir a expressão da vontade popular onde não tiverem êxito as estratégias do regime, como não haverá reconciliação enquanto os resultados das eleições alimentarem expectativas revanchistas. A reconciliação, pela qual todos ansiamos, deverá fundar-se na consciência de que o regime está a serviço do povo, e não o povo a serviço do regime. Esta consciência possibilitará o reencontro do Estado com a Nação, já felizmente prenunciado no processo de abertura, e que deverá ser consagrado no dia 15 de novembro, como um passo importante para a democratização do país.

A reconciliação nacional, pela liberdade consciente do voto, deverá basear-se na justiça, na verdade e no amor. Não anulará as falhas do passado, mas será um compromisso da Pátria com o bem comum, na busca incessante e dinâmica da paz. ■

«Ou reformas... ou violência»

«**Q**uem reflete sobre a realidade da América Latina, tal como se apresenta na hora atual, é levado a concordar com a afirmação de que a realização da justiça neste continente está diante de um claro dilema: ou se faz através de reformas profundas e corajosas, segundo princípios que exprimem a supremacia da dignidade humana, ou se faz — mas sem resultado duradouro e sem benefício para o homem, disto estou convencido — pelas forças da violência. Cada um de vós deve sentir-se interpelado por este dilema. Cada um de vós deve fazer a sua escolha nesta hora histórica».

(João Paulo II, “Encontro com os construtores da sociedade pluralista”, Salvador — Bahia).

mento “Igreja e problemas da terra”. Em agosto de 1981, propôs a “Reflexão cristã sobre a conjuntura política”, em que reafirma seu compromisso com a realização da democracia. Em fevereiro deste ano, a assembléia dos bispos elaborou um documento sobre “Solo urbano e ação pastoral” e, entre outras notas, emitiu uma sobre as eleições (V. quadro).

O empenho que a Igreja assume em favor da democracia não significa, porém, que assuma uma opção partidária. Ela não tem ambições político-partidárias e por isso não concorda com a militância político-partidária de membros do clero e de religiosos. A Igreja também não se coloca como intérprete de aspirações partidárias, nem favorece nenhum partido em especial. «A sua responsabilidade consiste em recordar os valores que estão em jogo, a dimensão ética das decisões políticas, o futuro do homem, de milhões de homens concretos, que vai se decidir»².

É esta responsabilidade que motivou a Igreja a mostrar com clareza, nos “Subsídios para uma política social”, que a política econômica brasileira conseguiu altas taxas de crescimento, mas sempre apoiada numa situação de injustiça estrutural. De fato, explica o documento, foi uma política que deliberadamente estimulou a concentração da renda nas mãos de uma minoria³; privilegiou a produção de bens sofisticados para um pequeno grupo consumir, enquanto a maioria do povo ficou sem possuir condições mínimas de subsistência; ofereceu vantagens para as empresas multinacionais, reduzindo a autonomia nacional e tornando nossa economia mais dependente dos países ricos; fa-



voreceu os bancos; incentivou investimentos em obras grandiosas, pagas pelo próprio povo; procurou combater a inflação pelo arrocho salarial, sem limitar o crescimento do lucro das empresas⁴.

A Igreja tem consciência de que estas decisões políticas, que prejudicam sobretudo as camadas menos favorecidas foram tomadas porque a maioria do povo não pôde participar delas. Por isso é que a Igreja se empenha pelo restabelecimento do regime democrático que garanta a participação de todos na política. Neste sentido, a CNBB propõe-se a denunciar «todas as formas de regulamentação eleitoral



Os políticos não se elegem nem atuam só individualmente, mas se ligam a partidos que propõem objetivos e linhas de ação que devem ser consideradas antes de votar.

que distorçam a autenticidade da representação popular (...) e dar seu apoio aos esforços das dioceses e dos Regionais, que se empenham na formação da consciência política do povo e o ajudam numa reflexão cristã sobre o seu compromisso político»⁵. Isto explica porque na maioria das dioceses no Brasil promoveram-se muitos grupos de reflexão e ciclos de debates sobre política e, em muitos casos, elaboraram-se roteiros de discussão e textos adequados à compreensão popular.

Enfim, cabe salientar que, para a Igreja, política democrática não se reduz às eleições. A política consiste no esforço por «criar condições para que o povo se organize, seja pelo acesso à representação político-partidária, seja na expressão direta de seus anseios, pela criação de organismos comunitários, como associações de bairros, ou pelo recurso a formas plebicitárias de manifestação da vontade popular(...) Somente um povo organizado nas mais variadas formas espontâneas e livres será capaz de ser sujeito de um processo inteligente e pacífico de desenvolvimento, de vez que só organizando-se será capaz de reunir-se ostensivamente e discutir seus destinos de modo racional»⁶.

Reinaldo Fleuri

NOTAS

¹ CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), *Reflexão cristã sobre a conjuntura política*, S. Paulo, Ed. Paulinas, 1981, (doc. 22), p. 6.

² Idem, p. 6.

³ Segundo as estatísticas, a metade da população mais pobre que, em 1960, participava de 17,71% da renda nacional, passou, em 1970, a participar de 14,91%, taxa que reduziu para 11,8%, em 1976. Enquanto isso, os 20% da população mais rica aumentou sua participação na renda nacional: 54,35%, em 1960, passou para 62,24%, em 1970, e para 67%, em 1976.

⁴ Cf. CNBB, estudo da, *Subsídios para uma política social*, S. Paulo, Ed. Paulinas, 1979, (doc. 24), pp. 7-16.

⁵ CNBB, *Reflexões cristãs sobre a conjuntura política*, p. 9.

⁶ Idem, p. 12.